



CAROS COMPANHEIROS

O Sindicato dos Trabalhadores das Salas de Jogos, a Associação Nacional dos Reformados Profissionais de Banca dos Casinos, a Associação Nacional dos Profissionais de Banca dos Casinos (na pessoa do Presidente da Assembleia Geral, Sr. Armando Ataíde Magalhães), desde o momento em que tomaram conhecimento, em janeiro de 2014 da grave crise do fundo e, foi anunciado um corte de 80% nos complementos de reforma, que assumiram, em Espinho a 8 de Fevereiro de 2014 perante os pensionistas e trabalhadores no ativo, forte empenho e determinação na defesa do que consideravam totalmente injusto.

Assim, entendem que a situação a que chegou o fundo de pensões, é exclusivamente da responsabilidade do Estado Português, que foi várias vezes (ao longo dos anos) alertado, quer pelos representantes dos trabalhadores (com assento no Conselho Consultivo), quer pelos responsáveis do Instituto de Gestão Financeira, com várias tomadas de posição, alertando para a gravidade da situação financeira deste fundo. No entanto, os sucessivos Governos não tomaram as devidas medidas, de forma a impedir este desfecho.

Estas Organizações, de forma séria e responsável, entenderam que o caminho a seguir era ir ao poder político exigir que assumisse a sua responsabilidade pela situação criada, pois esta nunca poderia ser assacada aos pensionistas e trabalhadores no ativo, que apenas se limitam a contribuir com os descontos a que estão obrigados, e cumprir com as regras estabelecidas pelo Estado Português.

Este não foi o caminho escolhido por um pequeno grupo, que de imediato passou a dirigir fortes críticas à atuação destas Organizações, não se coibindo mesmo de dirigir vários insultos, apelando aos trabalhadores e reformados que cotizassem um valor mensal com o propósito de promoverem uma ação judicial contra o Estado Português, afirmando que esse sim, seria o único e correto caminho a percorrer.

Estas Organizações, continuaram de forma séria e empenhada, o trabalho a que se propuseram. O caminho foi longo e a determinação foi grande! Sabiam que tinham razão. Foram ouvidos por todos os quadrantes políticos, e em todos encontraram grande sensibilidade para a causa e, o reconhecimento da razão que os assistia. Finalmente, reuniram com a Sra. Secretária de Estado da Segurança Social, que para além de demonstrar grande conhecimento sobre o problema, (fruto do interesse que colocou em todo o processo) demonstrou grande determinação em resolver este grave problema.

Companheiros, não podemos deixar de evidenciar total perplexidade com um comunicado de um dos líderes do movimento que se propôs a angariar fundos com o propósito de mover uma ação judicial contra o Estado Português (porque no seu entender essa era a única via para resolver este problema, e nunca o caminho que decidimos percorrer), que diz o seguinte: “É necessário formalizar o GCCF. Com o seguinte propósito:





1: promover uma providência cautelar com vista à imediata suspensão do Conselho Consultivo.

2: chegar à mesa das negociações com o decisor político com força.”

Nós, as Organizações acima descritas, nunca nos sentimos os donos da verdade, e percebemos que, por vezes, erramos e, por isso, temos coisas a alterar, mas a este propósito (sem nunca usarmos a arma do insulto, que não faz parte da nossa conduta) temos que dizer o seguinte:

1: Não é necessário colocar uma providência cautelar para eliminar um órgão que já não existe. Isso é apenas falar para os menos atentos e, que por isso, ainda dão alguma credibilidade a este tipo de expedientes, porque os mais informados sabem perfeitamente que uma solução futura obrigará alterações profundas a vários níveis.

2: Não! Não é com comportamentos zigzagueantes que se chega com força a qualquer lado, porque também tem de ser dito o seguinte: todo o mérito em chegar à mesa das negociações é devido por inteiro a estas Organizações, que enquanto fazíamos o nosso trabalho de forma séria, empenhada, e muito determinada, éramos constantemente criticados pelos que defendiam a via judicial como a única via para a solução deste problema. Não permitiremos a falta de humildade em não reconhecer o grande trabalho desenvolvido por estas Organizações, tentando aproveitarem-se com comportamentos provincianos.

Vamos continuar o nosso caminho, a falar a verdade de olhos nos olhos, denunciando sempre estes comportamentos habilidosos, que em nada contribuem para dignificar e credibilizar um setor que atravessa a sua maior crise, e a necessitar de forte união, para impedir o forte ataque que está a ser dirigido ao setor do Jogo nos Casinos.

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Salas de Jogos: Carlos Marques Teixeira

O Presidente da Associação Nacional dos R.P.de Banca dos Casinos: Cláudio Jesus

O Presidente da Assembleia Geral da Associação N. P B. dos Casinos: Armando Ataíde Magalhães

